

Repensar a Educação como forma de organização social

VIEIRA, Wanilza Aparecida.

Resumo

Neste artigo, pretende-se analisar a relação do processo ensino-aprendizagem como uma forma de organização social, abordando a avaliação como um instrumento de inserção ou exclusão social. Através da análise das relações entre os atores educacionais, busca-se compreender as inúmeras possibilidades que permeiam o processo de avaliação, muitas vezes de uma forma ambígua, transfigurando a realidade social, econômica e cultural na que se insere. A reflexão circunda a avaliação quantitativa e qualitativa e as barreiras paradigmáticas estabelecidas no itinerário histórico do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é necessário vislumbrar a avaliação de forma assimétrica com vistas à formação do “sujeito total e não *uno*”, frente às relações sociais; aquele que é constantemente capaz de ser tanto avaliador quanto avaliado, não importando o lugar que ocupa.

Palavras-chave: avaliação, função social, professor.

Abstract

In this article it is intended to analyze the relation of the teaching-learning process as a social organizations way, approaching the evaluation as an instrument of social insertion or exclusion. Through the analysis of the relations among the education performers, it is intended to understand the numberless possibilities that pierce the process or evaluation, many times of an ambiguous way, changing the social, economical and cultural reality in which it is in. The reflection comes along with the quantitative and qualitative evaluation and the paradigmatic obstacles instituted on the historical circuit of the teaching-learning process. Therefore it is necessary to glimpse the evaluation of an asymmetrical way, considering the formation of the “total subject and not *uno*” within the social relations, which one is constantly capable of being the one who evaluates and the one who is evaluated, ignoring when it takes place, be it as a teacher or a student.

Key-words: evaluation, social function, teacher.

Sobre o autor

Wanilza Aparecida Vieira

Natural de Araxá - MG.

Graduada em História pelo UNIARAXÁ

Especialista em Supervisão e Inspeção Escolar pelo UNIARAXÁ

Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, de Araxá.

Professora de Ensino Fundamental e Médio no Colégio São Domingos - Araxá- MG.

Repensar a Educação como forma de organização social

VIEIRA, Wanilza Aparecida.

Introdução

O presente artigo tem como finalidade fazer uma abordagem da educação como forma de organização social, e a avaliação como instrumento de inserção ou exclusão. O processo de avaliação revela-se de modo plural, estabelecendo relações também plurais no contexto educacional, onde o professor e o aluno são submetidos a desafios constantes.

O processo educativo é peça fundamental da socialização dos seres humanos.

Historicamente, a organização do processo de socialização foi sendo construída gradualmente, tornando-se um processo educativo, que agrega elementos que hoje entendemos como parte do processo ensino-aprendizagem.

Para Nunes (2004), a educação, no contexto da formação humana, deve ser vislumbrada como um percurso de organização de valores, um processo de cons-

trução de conhecimentos, de formação de habilidades técnicas e cognitivas. O acesso ao conhecimento, apesar de fundamental para a humanidade, sempre foi a expressão de valores histórico-sociais hierarquizados e seletivos. Às plebes cabia o direito de obedecer, ter medo; às elites era reservado o direito de mandar, fazer obedecer, criar o temor material e espiritual, processar o controle das massas como meio de edificação dos modos de vida pré-estabelecidos.

Ao longo da história da humanidade, as instituições educacionais, nas mais diversas formas organizacionais, sempre foram fontes geradoras de conflitos permanentes entre o ato de conservar e o processo de renovação.

Além do seu papel fundamental no desenvolvimento e sustentação da ordem social, a prática educativa se configura sobre a proteção das escolas formais, reprodutoras e conservadoras, ainda distantes da escola renovadora e crítica. O plano ideológico, a forma técnica, a organização institucional e as metodologias aplicadas ao processo educativo escolar são, de certa forma, reveladores dessa realidade.

Essas contradições, por outro lado, podem ser caracterizadas como elementos impulsionadores da dinâmica transformadora da educação. Nessa perspectiva, a educação pode ser vista como:

... um processo, individual e coletivo a serviço da continuidade, da atualização e da renovação de uma determinada cultura. O processo educativo, enquanto dinâmica social, deve propiciar a elaboração e o domínio, por parte dos indivíduos e dos grupos, de novos modelos de indagação da realidade, de modelos valorativos e normativos para a ação e de formas de comunicação e expressão que afiancem a vinculação e coesão do grupo ou comunidade. Em essência, o processo educativo consiste na permanente transformação dos comportamentos para uma compreensão cada vez mais integral e uma ação cada vez mais solidária sobre o mundo, em sua totalidade: física, biótica e antrópica. (CRUZ, 1986, *apud* NUNES, 2001)

É no desenvolvimento do processo individual e coletivo que os educado-

res devem perceber a *avaliação* como um “remédio social”, composto por propriedades, reações adversas e efeitos colaterais. E ainda mais, devem ser tomadas precauções ao utilizá-la, pois existem indicações e contra indicações, assim como há uma maneira mais acertada de empregá-la de acordo com cada paciente e cada realidade.

A Função Social da Avaliação

“...só diante de si, do outro e do mundo é que se constrói o sujeito que transforma, sugere, questiona, contextualiza, aprimora, reflete, analisa, compara e desenvolve habilidades para alcançar competências.” (MONTEIRO, 2004, p. 1)

A avaliação, em seu sentido amplo, é uma atividade associada à experiência diária dos seres humanos.

Analisar, julgar nossas ações, e a dos nossos semelhantes e também do nosso entorno, são exercícios cotidianos permanentes dos quais participamos com naturalidade e de forma assistemática. Esse exercício inclui apreciação, adequação, eficácia e eficiência de ações e experiências que vivemos cotidianamente.

Esse tipo de exercício, a avaliação diária, a que estamos sujeitos no convívio em sociedade, revela-se diferentemente no cenário educacional. As ações avaliativas, neste cenário, são, de certo modo, “castradoras” da naturalidade, carregadas de sentimentos de medo e insegurança, reveladoras, como instrumentos de exclusão e de afirmação de poder das classes dominantes sobre as classes subalternas.

Segundo Sant’anna (2002, p. 7), a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel extremamente significativo na Educação, “é essência” do processo educacional. A avaliação da aprendizagem não pode ser posta a favor do processo de seletividade, articulada com uma correnteza de reprovações, em detrimento da aprovação.

Alhures, o pensamento fetichizado da educação se presta de modo útil à seletividade social. É preciso mais do que nunca, uma conscientização para a necessidade de substituir concepções arraigadas, concernentes à avaliação por modalidades mais humanas. Isso, sem a pretensão de dar à Educação um sentido visionário, uma vez que a ela não podemos dar a missão de possível “salvadora” de todos os males sociais.

Segundo Esteban (1999), a questão da avaliação escolar deve ser trabalhada rumo à construção de uma avaliação democrática, sintonizada com a pedagogia da inclusão. Este autor afirma, que é preciso repensar o processo da avaliação, criando uma nova cultura de se avaliar. É necessário ultrapassar sua dimensão técnica e incorporar em sua dinâmica, a dimensão ética, tornando-se um processo construtivo e não destrutivo.

Saul (1994), também, analisa a questão da avaliação no conjunto das mudanças pelas quais a escola precisa passar para realizar uma avaliação democrática. Segundo este autor, a avaliação precisa ser pensada como uma grande janela através da qual se entra para alterar o seu Projeto Político Pedagógico, melhorando, assim, as formas de avaliar os alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam esta questão e afirmam que:

o fracasso escolar recai sobre os menos favorecidos da sociedade, numa evidência de que a Escola não se reorganizou para ensinar de modo satisfatório esse setor da população. (PCN, 1997, v. 1, p. 63)

A avaliação, como estratégia pedagógica, deveria oportunizar ao educando a identificação de suas potencialidades para que o mesmo se situe no que está sendo proposto, buscando novos caminhos para a reconstrução de novas estruturas. E que as pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente em ações educacionais tenham a oportunidade de traçar os rumos de suas próprias histórias, ampliando as

possibilidades de ações mais adequadas, ou mais acertadas ou, pelo menos, mais conscientes. Nesse sentido, podemos dizer que a educação por meio da escola poderá ser “não o instrumento”, mas “um dos instrumentos geradores” das pretendidas mudanças sociais.

Mas, afinal, a Escola avalia ou verifica a aprendizagem?

Notadamente, verifica-se que, hoje, nas escolas, é a presença constante da verificação que assume a “cena” do processo ensino aprendizagem com o objetivo de quantificar, classificar os alunos em aptos e não aptos a seguirem em frente na vida e na escola. É possível reverter esse quadro em busca da melhoria da qualidade do ensino. Mas, afinal, o que é verificar e o que seria avaliar?

Para Luckesi (1998):

o termo *verificar* provém etimologicamente do latim - *verum facere* - e significa “fazer verdadeiro”. Contudo, o conceito de verificação emerge das determinações da conduta de, intencionalmente, buscar “ver se algo é isso mesmo...” investigar a verdade de alguma coisa. O processo de verificar configura-se pela observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando. A verificação encerra-se no momento em que o objeto ou ato de investigação chega a ser configurado, sinteticamente, no pensamento abstrato, isto é, no momento em que se chega à conclusão que tal objeto ou ato possui determinada configuração. A verificação não implica que o sujeito retire dela conseqüências novas e significativas. (LUCKESI, 1998, p. 92-93)

O autor, distingue o termo avaliar do termo verificar, explicando primeiramente o próprio termo “*avaliar*”, que tem sua origem no latim, provindo da composição “*a-valere*”, que quer dizer “*dar valor a...*”. Porém, o conceito “*avaliação*” é

formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação..” que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliada.

No sentido de avaliação como verificação, a escola ainda tem muito a superar. A prova não coexiste sem o medo, a insegurança, o “exorcismo”, que faz expulsar do indivíduo “aquilo que se deseja dele”. Essa purgação a que são submetidos os alunos, tende a construir, numa visão maniqueísta e medieval, indivíduos rotulados, quantificados pela verificação de seus conhecimentos como os *melhores* ou *piores*. A verificação tende a programar os alunos, formatando-os. Acreditar que a nota, por si só, é capaz de explicar o rendimento do aluno, justificar a aprovação ou a reprovação; sem que se analisem o significado dessa nota no processo de ensino, nas condições de aprendizagem oferecidas, os instrumentos e processos de coletas de dados empregados para obtenção de tal nota ou conceito, é reduzir o processo de ensino a um complexo jogo de poder e decisão nas mãos de um único autor – o professor. Neste sentido, a avaliação, como verificação limita-se à aplicação de um instrumento de coleta de informações, condicionado ao modo como cada professor concebe a pretendida avaliação. Esse tipo de avaliação/verificação classificatória supõe, ingenuamente, esta atividade como neutra, desconsiderando a concepção de homem num contexto amplo da sociedade. A classificação, portanto, estigmatiza o momento da vida do aluno, sem considerar a fase de efervescência e mudança, em que ele se encontra ou busca. A classificação por nota cristaliza-se de um modo unilateral e autoritário no processo de ensino aprendizagem. Luckesi (1990) ressalta que:

O sistema de ensino que valoriza a cultura da nota, a análise quantitativa dos resultados, símbolo da aprovação ou reprovação, deve ser repensado. Numa nova abordagem de ensino e de aprendizagem é preciso refletir sobre o sentido da nota, como também, a questão do significado do erro, num processo de reflexão, de conhecimento e de investigação da realidade pedagógica. (LUCKESI, 1990, p.70)

Nessa visão, a avaliação classificatória descompromete os atores educacionais com o processo de tomada de decisão para aperfeiçoamento do ensino, que é a função primeira da avaliação.

Em outro sentido, avaliar não consiste em apenas aplicar provas ou apenas quantificar. A avaliação escolar ou avaliação do processo ensino-aprendizagem tem uma dimensão ampla de análise, considerando o desempenho do aluno, do professor, da comunidade escolar como um todo, submetidos ao contexto social, histórico e político. Consiste numa prática valiosa, num processo que subsidia o trabalho do professor e demais agentes educacionais, e também do próprio sistema de ensino, aperfeiçoando-o continuamente. Sua utilização deve indicar o ter alcançado ou não os objetivos de ensino, não só para diagnosticar dificuldades e facilidades do aluno, mas para re-planejar o “caminho a ser percorrido”. De forma transparente e participativa, permite ao aluno reconhecer suas necessidades, desenvolver-se e orientar-se de modo consciente durante o processo de ensino-aprendizagem. A avaliação deve ser utilizada com o apoio de múltiplos instrumentos geradores de informações, sempre em sintonia com os objetivos buscados junto aos alunos. De forma contínua e natural, o processo avaliativo poderá recorrer a várias estratégias como: trabalhos em grupos e individuais, provas orais e escritas, seminários, observação de cadernos, realização de exercícios em classe ou em casa e observação dos alunos em classe, entre outras.

Segundo Antunes (2004), existe um espaço enorme a ser superado entre a “avaliação pelo máximo” que praticamos e a “avaliação pelo ótimo” e que parece ser um paradigma correto para avaliar um aluno, quando se considera as inteligências múltiplas. Na avaliação pelo ótimo, o que se avalia é onde o aluno, auxiliado pelo professor, se encontra e não onde o professor supõe ou espera que seu aluno esteja.

O autor ainda ressalta que:

... a avaliação constitui o elemento essencial em um projeto de apren-

dizagem, da mesma maneira como acharmos que um bom regime para perda de peso não exclui a ação da competente balança. Quando escolhemos a camisa a combinar com a calça ou buscamos este e não aquele produto no supermercado, também estamos avaliando. Dessa maneira, toda aprendizagem significativa não pode prescindir de uma avaliação educativa, mas que seja uma avaliação redentora, que mostre caminhos, uma ação do professor que, guardando as devidas proporções, possa assemelhar-se à do grande cozinheiro que mostra ao estagiário a proporção da pitada certa de condimento, do velho pintor que não se assusta em segurar a mão do jovem aspirante para sensibilizar o dedo no contato com o pincel. (ANTUNES, 2004,p.1)

Com certeza, o professor pode ser um mestre que guia, com carinho e cuidado, seus discípulos, ou ainda, o professor pode ser “a salvação” ou o maior “vilão” quando se trata do processo ensino-aprendizagem. E, neste processo, a “culpa” do insucesso, o não saber como “avaliar” recai sobre ele ou sobre os outros atores escolares ou ainda no sistema, num contínuo “jogo do empurra”. O fato é que a culpa, o medo, não são invenções atuais, pelo contrário, são tabus que se arrastam ao longo da história da educação; e que só serão superados, com muito empenho, quando o professor e todos os agentes educativos abraçarem o erro na tentativa do acerto. Pois, ao contrário do que se pensa, quando erramos, buscamos outras possibilidades, carregadas de aprendizagem, em busca do acerto. E é nesse sentido que, nas possibilidades de encontrar um meio mais acertado de lidar com o processo de avaliação, é que projetamos possíveis acertos. E mais, multiplicam-se a responsabilidade do professor e do conjunto de atores que compõe a escola, de encontrar, pela constatação de “desvios pelo caminho”, uma forma mais prazerosa de promover a verdadeira educação, que “realiza” e faz bem a ambos os lados – professor e aluno. Pois educar-se é inventar possibilidades inúmeras de ser feliz. Ser feliz para nós mesmos, para o outro e para todos.

O aluno, o professor e a avaliação

“Ser eu é, para além de toda a individualização que se pode ter de um sistema de referências, possuir a identidade como conteúdo”.

Emmanuel Lévinas¹

O fenômeno da relação que envolve o processo da avaliação é destacado por (PERRENOUD, 1990, *apud* CAMARGO, 1997 p. 18), como a não existência da avaliação na comunicação interpessoal e nas relações sociais, tratando-se de um mecanismo de ensino em que:

não existem medidas automáticas, avaliação sem avaliador nem avaliado; nem se pode reduzir um ao estado de instrumento e o outro ao de objeto. Trata-se de atores que desenvolvem determinadas estratégias, para as quais a avaliação encerra uma aposta, sua carreira escolar, sua formação. (...) Professor e aluno se envolvem num jogo complexo cujas regras não estão definidas em sua totalidade, que se estende ao longo de um curso escolar e no qual a avaliação restringe-se a um momento.

A relação professor, aluno e avaliação revela-se através de múltiplas facetas em suas inter-relações (internas e externas à escola) e na leitura sócio-histórica da realidade. A avaliação como “um momento” deste complexo processo é, muitas vezes, ímpar na relação professor-aluno. O professor e o aluno devem pensar a educação como uma dimensão da vida atrelada a várias dimensões como a biológica, psicológica, social e espiritual, que, de forma integrada, torna-se significativa, global e somativa.

Não é difícil ser (verbo) humano², compatível a acertos e erros, ouvimos muitas afirmações como: “sou de carne e osso”, que traz no seu discurso a justificativa do erro nas relações. Mas é difícil humanizar³ as ações, as relações e os pro-

cerca e caminhar, a passos firmes, em direção a metas que serão atingidas.

A autora ressalta, ainda, a importância de seguir critérios para que se alcancem as metas pretendidas considerando:

- 1) “a articulação de toda vida escolar em torno da atividade dos alunos”
- 2) reinventar a prática escolar rumo às necessidades dos próprios alunos e da sua evolução sócio afetiva.
- 3) o “favorecimento à constituição de diferentes grupos de trabalho, responsáveis, coletivamente, pela realização das tarefas escolares.”
- 4) o uso da avaliação formativa como acompanhamento do processo de desenvolvimento em direção às metas previstas. Neste processo, professores e alunos devem estar presentes, alimentando o diálogo e a reflexão crítica, com o objetivo de buscar e defender resultados condignos com a nova Educação.

Neste sentido, o professor tem a função de agente mobilizador e articulador e deverá instigar, sem antecipar respostas possíveis, articulando novas perguntas que garantirão a continuidade do processo ensino e aprendizagem dos alunos.

Hoffmann (2001 p. 134-135) faz vários questionamentos com o intuito de descobrir o porquê da desmotivação, da insatisfação e até da indignação dos alunos com a falta de sentido da avaliação. E também de como é possível provocar o desejo de aprender. A análise da autora se completa quando faz uso da citação de Demo (2000, p. 55), justificando a sua reflexão:

que a aprendizagem é parceira da incerteza, da dúvida e do questionamento (...) Seria difícil explicar ao professor que a missão da escola é conseguir que o aluno duvide de tudo, sobretudo do próprio professor, que o conhecimento mais interessante é aquele que não dura e que as teorias são feitas para serem superadas. O professor iria ver-se jogado na torrente da inutilidade profissional, porque imaginária não ter mais nada para ensinar. Ao mesmo tempo, não suportaria ser questionado sistematicamente pelo aluno, como não suporta ser

avaliado. É difícil aceitar que saber pensar é profundamente saber errar e que, por simples coerência, a primeira figura a ser questionada é a do questionador.

Avaliar, seguindo essa reflexão, é problematizar com a intenção de resolver problemas, provocar o pensamento, a curiosidade, a formulação e a reformulação de diferentes hipóteses por alunos e professores diferentes. E que provocar o desejo de aprender é uma questão de equilibrar, de um lado, o desejo e, de outro, a necessidade e a vontade.

É necessário refletir sobre construção da autonomia do aluno. (Hoffmann, 2001, p. 134-135) fala que o professor “não está aí para facilitar as coisas”, muito menos para ser um mero “transferidor” de conhecimentos, mas como facilitador, no sentido de orientar o processo reconstrutivo em que o aluno é a figura central. É necessário mudar a visão do professor como executor de propostas internas e externas do processo burocrático para uma visão de professor pesquisador, “aprendizes da aprendizagem dos educandos. O grande problema, todavia, é que os professores foram formados em ambientes passivos.” É necessário romper “a tensão latente entre o educar e o controlar”, sair da passividade, buscar a pesquisa e conceber o conhecimento como contínuo e inacabado sempre.

Considerações Finais

A exclusão e a inserção, sempre foram duas situações constantes, na história social da humanidade. A instituição Escola, como fruto da organização social, não se absteve de vivenciar tais situações.

É fato que a escola sempre edificou valores estabelecidos pela ordem social, por inúmeras vezes se fez “carrasco” e desvelou sentenças que marcaram a vida de indivíduos excluindo-os do contexto escolar e social. Mas a “evolução” marcou a

vida em sociedade e também na escola. A educação, antes privilégio das elites, se estendeu às classes subalternas. Hoje, a exclusão ainda existe, como em outros tempos, mas revela-se de modos diferentes, atendendo aos atuais interesses e valores do mundo moderno.

Neste contexto, a avaliação deve ser analisada como instrumento inibidor ou de ascensão ao ato de representação social e compreende um dos maiores desafios da educação dos novos tempos. Não são só os alunos, mas também os professores, “os incomodados” com essa prática escolar que se mostra reveladora do sucesso ou do insucesso.

Embora, a “inquietação” da avaliação, circunde alunos e professores, ela deve ser encarada como “uma mola propulsora”, que busca a forma mais acertada em qualificar e quantificar ações educativas sujeitas a mudanças e adequações, a fim de atender às atuais necessidades da vida em sociedade.

Cabe a nós educadores ter a consciência de que os erros não são sinais de fracasso, mas uma nova possibilidade de se buscar o acerto, pois ninguém erra por que quer. O processo de avaliação passa por vários obstáculos, preconceitos e, como diria Hoffmann (2001, p.134) “a aprendizagem é parceira da incerteza, da dúvida e do questionamento...”, portanto, as teorias, as técnicas são feitas para serem superadas. A avaliação como processo deve ser encarada com responsabilidade, com o objetivo de inserir e não de excluir, de mostrar possibilidades de reconstrução e não de impossibilidades, de preparar o sujeito ao longo de um curso escolar no qual a avaliação se restringe a um momento e não na condenação por uma vida inteira. E mais, a avaliação deve ser concebida como um processo natural do cotidiano escolar já que, na vida em sociedade, tudo passa por aprovações e reprovações, ora de forma natural, ora traumática. Isso não quer dizer que temos que ser passivos diante do processo, mas, pelo contrário, a crítica, o questionamento são fundamentais nessa “evolução/avaliação”. Nessa perspectiva de análise, a evolução é uma constante na existência do ser humano. E como ser em constante evolução, não podemos conceber o processo de avaliação como pronto e acabado, isso seria

negar a própria condição humana de eternos e inquietos indivíduos que anseiam o desafio a todo instante. O homem conquistou os mares através das grandes navegações, chegou à lua, inventou o computador, buscou a cura para várias doenças e nem por isso parou. Continua buscando conquistas, curas, invenções, desafios. A escola, como “corpo dinâmico” da sociedade, não pode ser desvinculada dessa visão e nem mesmo a avaliação, que deve instigar a conquista do conhecimento, o desafio em vencer obstáculos, a invenção do próprio ato de aprender e apreender e a cura para o medo da exclusão, criando novos modelos de indagação da realidade, abrindo novas possibilidades de permanentes transformações, construções e reconstruções.

Notas

¹ Filósofo nascido em Kaunas, Lituânia. (LÉVINAS, apud MONTEIRO, 2004, p. 232)

² Ser (verbo) humano neste sentido da análise é uma forma de justificar o erro.

³ Humanizar é no sentido de tornar mais fáceis as relações buscando o acerto imediato.

⁴ Ser humano humanizado – sujeito susceptível a erros e acertos sem se deixar abater pelo erro, aprendendo com ele a ser mais humano (humanizado), ou seja, a continuar sem desistir de buscar o acerto, sem auto-punição, com aceitação.

Referências

ANTUNES, C. Perdas sem danos. **Educacional**, disponível em <http://www.educacional.com.br/entrevistas/interativa-adultos/entrevista001> Acesso: 01 dez. 2004

CAMARGO, A. L. C. **O discurso sobre a avaliação escolar sobre o ponto de vista do aluno**, v. 23, n. 1-2, p. 1-12, jan. 1997.

ESTEBAN, M. T. Avaliação momento de discussão da prática pedagógica. In: GARCIA, R. L. (org.) **Alfabetização dos alunos das classes populares**, São Paulo: Cortez, 1997, p. 42-54.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre, RS Editora Mediação, 2001. 217 p.

LUCKESI, C. C. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro: ABT, 1990.

_____. **Avaliação da Aprendizagem: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 8ª edição, 1998. 180p.

MONTEIRO, J. **Coletânea II**. São Paulo: Editora Intersubjetiva, 2004. 256p.

NUNES, I. B. Inovações da Educação. **Intelecto**, Brasília, maio 2001, disponível em <http://www.intelecto.net/ead/inovacoes.htm> Acesso em: 23 nov. 2004.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – MEC, Secretaria de Educação Fundamental, volume 1, Brasília: MEC/SEF, 1997, 67p.

SANT'ANNA, I. M. **Por que Avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. 137 p.

SAUL, A. M. A avaliação educacional. **Caderno de Idéias**, São Paulo, n° 22, 1994, p. 61-68.

